



**Órgão Oficial Eletrônico - 3274**  
**Campo Mourão - Sexta-feira - 14/11/2025**

**III - Cateter Hidrofílico de Uso Intermitente:** dispositivo médico de uso único, estéril, revestido por substância hidrofílica, que permite o esvaziamento da bexiga de forma segura e com menor risco de infecções.

**CAPÍTULO II**  
**DA LINHA DE CUIDADO INTEGRAL**

**Art. 3º** A Linha de Cuidado para Pessoas com Bexiga Neurogênica deverá compreender, obrigatoriamente:

**I -** Acesso à reabilitação multiprofissional em unidades especializadas;

**II -** Atendimento por urologista ou outro profissional médico capacitado;

**III -** Sistema de referência e contrarreferência entre os níveis de atenção à saúde, conforme diretrizes da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência;

**IV -** Fornecimento de, no mínimo, 05 (cinco) cateteres hidrofílicos por dia, por usuário diagnosticado com bexiga neurogênica, mediante prescrição médica fundamentada.

**CAPÍTULO III**  
**DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

**Art. 4º** O Município deverá estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados, com indicadores que contemplem:

**I -** Redução no número de infecções do trato urinário (ITU) associadas ao uso de cateter;

**II -** Diminuição das internações hospitalares por complicações urológicas;

**III -** Melhoria na qualidade de vida dos usuários beneficiados;

**IV -** Relatórios periódicos de efetividade das ações implementadas.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”**  
Campo Mourão, 14 de novembro de 2025

João Douglas Fabrício - **Prefeito Municipal**

**LEI Nº 4936**  
De 14 de novembro de 2025.

Dispõe sobre as diretrizes para o uso de patinetes elétricos no Município de Campo Mourão, e dá outras providências.





## Órgão Oficial Eletrônico - 3274

Campo Mourão - Sexta-feira - 14/11/2025

O **PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

### **L E I :**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece diretrizes para o uso de patinetes elétricos no Município de Campo Mourão, visando promover a segurança, a sustentabilidade e a integração eficiente com outros modos de transporte urbano.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, consideram-se:

**I** - Patinete elétrico: veículo de mobilidade pessoal autopropelido, com duas ou mais rodas e motor elétrico integrado;

**II** - Áreas permitidas: ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas, vias com velocidade máxima permitida de até 40 (quarenta) km/h, e outras áreas a serem definidas por regulamentação municipal.

**Art. 3º** Os patinetes elétricos deverão transitar preferencialmente em ciclovias e ciclofaixas.

**§ 1º** A velocidade máxima permitida para os patinetes elétricos é de:

**I** - 6 km/h (seis quilômetros por hora) em áreas de circulação de pedestres;

**II** - 20 km/h (vinte quilômetros por hora) em ciclovias e ciclofaixas.

**§ 2º** Na ausência de ciclovia ou ciclofaixa, ou quando não for possível a utilização destas, a circulação deverá ocorrer nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via, com preferência sobre os veículos automotores.

**§ 3º** É vedada a circulação de patinetes elétricos em caçadas, salvo em situações devidamente sinalizadas pela autoridade de trânsito municipal.

**§ 4º** É obrigatório o uso de capacete para a condução de patinete elétrico, bem como de outros equipamentos de proteção individual, como joelheiras e cotoveleiras.

**§ 5º** Recomenda-se o uso de sinalização manual para indicar mudanças de direção, sempre que as condições de tráfego assim exigirem.

**§ 6º** É proibido o uso de patinetes elétricos por menores de 16 (dezesesseis) anos.

**§ 7º** É proibido o transporte de passageiros no patinete elétrico, sendo permitido apenas para uso individual.

**§ 8º** É proibido o uso de patinete por pessoa sob efeito de álcool ou drogas, sob pena de apreensão do veículo.

**Art. 4º** Os patinetes deverão estar devidamente equipados com dispositivos de segurança, incluindo, obrigatoriamente, indicador de velocidade, campainha e sinalização luminosa para uso noturno nas partes dianteira, traseira e lateral, com o objetivo de garantir a segurança dos usuários e de terceiros.

**Art. 5º** O estacionamento de patinetes deverá ser realizado de forma a não obstruir calçadas, acessos de pedestres, entradas de edifícios ou rampas de acessibilidade e veículos, conforme definido em regulamentação municipal.

**Art. 6º** A operação de empresas de aluguel de patinetes poderá submeter-se a outras condições complementares de funcionamento, conforme regulamento específico do Poder Executivo, especialmente quanto à manutenção dos veículos e à segurança da operação.

**Art. 7º** O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às penalidades e medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), no que couber, especialmente as equiparadas à condução de bicicletas, conforme Art. 255 do CTB, sem prejuízo de outras sanções cíveis e penais.





**Órgão Oficial Eletrônico - 3274**  
**Campo Mourão - Sexta-feira - 14/11/2025**

Parágrafo único. A fiscalização e a aplicação das medidas cabíveis serão de competência do órgão ou entidade executiva de trânsito do Município, nos termos do Art. 24 do CTB.

**Art. 8º** O Poder Executivo poderá promover campanhas educativas sobre segurança no trânsito e uso correto dos patinetes elétricos, em colaboração com operadoras de patinetes e outras entidades.

**Art. 9º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”**

Campo Mourão, 14 de novembro de 2025

João Douglas Fabrício - **Prefeito Municipal**

**LEI Nº 4937**

De 14 de novembro de 2025.

Dispõe sobre o atendimento de fisioterapia domiciliar para pessoas acamadas, com mobilidade reduzida ou impedidas de locomoção, no âmbito do Município de Campo Mourão, e dá outras providências.

O **PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

**LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a prestar o atendimento de fisioterapia domiciliar às pessoas acamadas, com mobilidade reduzida ou impedidas de locomoção, ou que, por recomendação médica, estejam impossibilitadas de se deslocar até as Unidades Básicas de Saúde e aos estabelecimentos de saúde prestadores de serviço ao Município.

**Art. 2º** O atendimento será realizado por profissionais habilitados em fisioterapia, preferencialmente vinculados à rede pública municipal de saúde ou por meio de parcerias ou convênios.

**Art. 3º** São objetivos desta Lei:

- I** - proporcionar tratamento fisioterapêutico humanizado e acessível;
- II** - reduzir complicações decorrentes da falta de mobilidade;
- III** - garantir maior qualidade de vida aos pacientes;
- IV** - apoiar familiares e cuidadores no processo de reabilitação;

**Art. 4º** A presente Lei tem caráter autorizativo e será implementado de acordo com a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária do próprio Poder Executivo Municipal.

**Art. 5º** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, estabelecendo os critérios de acesso, acompanhamento e execução do Programa.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”**

Campo Mourão, 14 de novembro de 2025

João Douglas Fabrício - **Prefeito Municipal**

